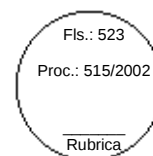




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



PROCESSO Nº 515/2002

APENSOS Nº 052.000478/2000-GDF (aposentadoria)

Nº 052.000607/2012-GDF (convocação para avaliação médica)

ÓRGÃO DE ORIGEM: Polícia Civil do DF - PCDF.

ASSUNTO: **Aposentadoria.**

MONTANTE EM EXAME: R\$ 468.007,53*

EMENTA: Aposentadoria de MARCELO TOLEDO WATSON, matrícula nº 35.782-0, no cargo de Agente de Polícia, 1ª Classe, Padrão III, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, e § 8º da CRFB, alterados pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, combinado com os artigos 186, inciso I, 189, parágrafo único, e 212 da Lei nº 8.112/90, de acordo com o ato publicado no DODF de 19.05.2000, retificado por ato publicado no DODF de 21.02.2002. **Concessão considerada legal por meio da Decisão nº 3965/2003.**

Representação nº 04/2011 – MF-CONJUNTA solicitando providências acerca de indício de irregularidade na manutenção do benefício. Conhecimento por meio da Decisão nº 4869/2011, com determinação. Cumprimento parcial. Pedido de Medida Cautelar. Conhecimento. Deferimento parcial. Reiteração das determinações (Decisão nº 2890/2012).

Pedido de reexame não conhecido e nova reiteração das determinações (Decisão nº 5087/2012). Mandado de Segurança nº 2012.00.2.025458-7 impetrado contra a Decisão nº 5087/2012. Segurança concedida para declarar a nulidade da decisão e determinar a realização de nova intimação e novo julgamento.

Nova análise de admissibilidade (Decisão nº 4948/2013). Pedido de reexame provido (Decisão nº 6206/2013).

Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto ao TCDF. Recurso conhecido por meio da Decisão nº 407/2014. Servidor cientificado, por meio de representante legal, para apresentar contrarrazões. Contrarrazões apresentadas.

Sugestão pelo conhecimento das contrarrazões e provimento do Pedido de Reexame.

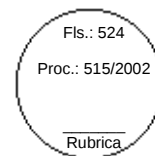
Senhor Diretor,

O presente processo refere-se à aposentadoria por invalidez, decorrente de acidente em serviço, de MARCELO TOLEDO WATSON, nos termos mencionados na ementa.

* Valor calculado em 29.03.2012, de acordo com a Portaria TCDF nº 236/2002.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



I. DO HISTÓRICO

2. A concessão de aposentadoria ao servidor foi considerada legal, para fins de registro, por meio da Decisão nº 3965/2003 (fl. 13). Posteriormente, passou-se a discutir a Representação nº 04/2011 – MF-CONJUNTA (fls. 18/22), oferecida em face do Ofício nº 142/2011 - NCOC/PGJ, de 05.09.2011, do Núcleo de Combate às Organizações Criminosas/MPDFT, a respeito de possível irregularidade na concessão e na manutenção da aposentadoria de que se trata.

3. A mencionada Representação foi conhecida pelo Tribunal por meio da Decisão nº 4869/2011 (fl. 30). Na mesma oportunidade, determinou-se à Polícia Civil do DF o encaminhamento dos devidos esclarecimentos a respeito das providências porventura formalizadas em decorrência do expediente oriundo do MPDFT, bem como, caso não adotadas, que se promovessem ações no sentido de submeter o inativo Marcelo Toledo Watson a nova inspeção médica, com vista a apurar a subsistência, ou não, da patologia que motivou a aposentadoria por invalidez do servidor.

4. O interessado ingressou com Medida Cautelar Incidental, com pedido de liminar, conforme documentação de fls. 91/112. O pleito foi parcialmente atendido, nos termos da Decisão nº 2890/2012 (fls. 179/180), sendo, também, nessa deliberação plenária, reiterados os termos da Decisão nº 4869/2011.

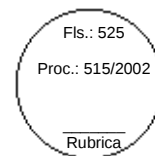
5. Inconformado, o interessado protocolou Pedido de Reexame (fls. 189/215), o qual não foi conhecido pelo e. Tribunal, conforme Decisão nº 5087/2012 (fl. 239), que, novamente, reiterou à jurisdicionada que cumprisse a Decisão nº 4869/2011.

6. Em face da Decisão nº 5087/2012, a jurisdicionada encaminhou a esta Secretaria o Ofício nº 2964/2012-DGP (fl. 245), onde informa que foi expedida a notificação de fl. 154 – apenso, em nova tentativa de submeter o servidor à avaliação médica. Entretanto, “apesar dos esforços empreendidos, não foi possível localizá-lo, acrescido do fato de seu advogado haver se recusado receber a notificação”, conforme relato de fl. 156 – apenso. Em face disso, e do fato de o pagamento do servidor já se encontrar suspenso desde maio de 2012, a jurisdicionada apresentou as seguintes indagações: “Qual a próxima providência da Administração? Ficará o servidor suspenso de folha de pagamento de modo indefinido? Cabe alguma outra sanção administrativa por desobediência, considerando ser aposentado?”

7. Tendo em conta os questionamentos da jurisdicionada e o fato de o servidor ter impetrado o Mandado de Segurança nº 2012.00.2.025458-7, junto ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, contra a Decisão nº 5087/2012, o qual se encontrava sem apreciação do mérito e com pedido de liminar indeferido, este Órgão Técnico instruiu novamente os presentes autos conforme fls. 249/252.

8. Entretanto, enquanto apreciava as sugestões deste Órgão Técnico, a e. Corte foi informada (fl. 300) do julgamento que analisou o mérito do mencionado *writ*. Diante desse fato novo, foi proferida a Decisão nº 3321/2013 (fl. 317) determinando o retorno dos presentes autos a esta Secretaria “para aguardar a publicação do acórdão referente à decisão do TJDFT no MS 2012.00.2.025458-7, com posterior reinstrução do feito, à luz da citada decisão judicial”.

9. O mencionado Acórdão, de nº 679.855, foi publicado e a cópia acostada às fls. 323/336 e 341/348, o que motivou uma nova análise, por parte deste Órgão Técnico, da admissibilidade do recurso do interessado, consoante instrução de fls. 382/389.

10. Entretanto, diferentemente do sugerido por esta Secretaria, o que foi acolhido pelo *Parquet*, o e. Tribunal, por meio da Decisão nº 4948/2013 (fl. 428) conheceu do pedido de reexame na forma apresentada (fls. 189/215).

11. O mérito do mencionado recurso foi apreciado por este Tribunal na S.O. nº 4656, de 11.12.2013, oportunidade em que, por maioria, foi dado provimento ao Pedido de Reexame apresentado pelo servidor, “reformando, assim, os termos do item IV da Decisão nº 2890/2012”, e determinado à PCDF que restabelecesse “o pagamento dos proventos de aposentadoria”, inclusive das parcelas vencidas.

12. Inconformado com esse novo posicionamento deste Tribunal, o Ministério Público junto ao TCDF apresentou o Pedido de Reexame de fls. 471/483, o qual foi conhecido por meio da Decisão nº 407/2014 (fl. 493). Na mesma oportunidade, autorizou-se a comunicação do servidor interessado, para apresentar contrarrazões ao recurso manejado.

13. Em atenção a essa Decisão, o servidor apresentou, por meio de seu representante legal, as contrarrazões de fls. 497/522, as quais serão apreciadas nesta oportunidade, juntamente com o mérito do pedido de reexame apresentado pelo *Parquet* especializado.

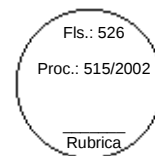
II. DO PEDIDO DE REEXAME

14. Irresignado com os itens I e III da Decisão nº 6206/2013 (fl. 465), o Ministério Público junto ao TCDF apresentou o Pedido de Reexame de fls. 471/483.

15. Em seu recurso, o *parquet* especializado, após breve relato dos fatos,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



destaca que as razões que levaram a Corte a decidir pelo provimento do recurso interposto por Marcelo Toledo Watson não prosperam, especialmente no que se refere à incidência do prazo decadencial na hipótese. Para o Ministério Público, a questão enfrentada nos autos não diz respeito a eventual anulação do ato de aposentadoria por invalidez do policial civil, que de fato estaria protegido pela coisa julgada administrativa e pela decadência, mas cingia-se “ao fato de o nominado servidor inativo recusar-se a se submeter a nova inspeção médica determinada pela Decisão-TCDF nº 4.869/2011 e reiterada pela Decisão nº 2.890/2012, contra as quais se insurgira e cujos argumentos de mérito, então, constituíam objeto de análise” (grifos originais).

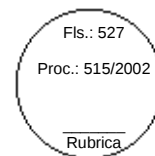
16. Alega que “nos dias atuais muitas moléstias que que dão origem à aposentadoria por invalidez são passíveis de controle e, não é raro, até de cura”. “Por esse motivo, há necessidade de realização de constantes exames periciais para confirmar se a invalidez persiste”. Com fulcro nesse pensamento, conclui “que, no campo do direito, a aposentadoria por invalidez é tida como **benefício de natureza precária**, e não definitiva, porquanto sempre concedida no pressuposto de que subsistam e perdurem as causas que a determinaram. Deve ser, portanto, encarada como um benefício sujeito à reversão (retorno ao *status quo ante*), a uma condição resolutiva, isto é, **prevalecerá enquanto persiste a incapacidade laborativa**”. Conforme esse posicionamento, “enquanto o servidor perceber o benefício de aposentadoria por invalidez, sendo essa revestida de presunção *juris tantum* no concernente a seu pressuposto fático de validade (invalidez ou incapacidade), admitindo, assim, prova em contrário, estará obrigado, a qualquer tempo, a submeter-se a exame médico a cargo do Poder Público, sob pena de cancelamento do referido benefício”.

17. Como fundamento legal desse posicionamento, o Ministério Público aponta o art. 25 da Lei nº 8.112/90, que estabelece a possibilidade de reversão da aposentadoria por invalidez quando junta médica oficial vier a declarar a insubsistência dos motivos que lhe deram origem, regra que veio a se tornar expressa naquele Estatuto a partir da edição da Lei nº 11.907/09 (art. 188, § 5º) e que também se encontra prevista no art. 160 do Decreto nº 59.310/66.

18. Por fim, buscando justificar a necessidade de revisão da Decisão recorrida, observa que a mesma contraria entendimentos emanados deste e. Tribunal a respeito de outras situações jurídicas cujos requisitos de existência devem ser, permanente e periodicamente, aferidos para manutenção (e validade) dos benefícios correspondentes, sem que se questione a incidência do lapso temporal do artigo 51 da Lei nº 9.784/99. Como exemplo, traz a lume a Decisão nº 1.327/2007, por meio da qual esta e. Corte ratificou o posicionamento de que a condição de solteira e não ocupante de cargo público deve ser mantida pela filha maior de 21 anos beneficiária de pensão prevista na Lei nº 3.373/58, fato que,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



inclusive, deve ser aferido periodicamente pelos órgão do complexo administrativo do Distrito Federal, independentemente da quantidade de anos passados desde a concessão.

19. Nesse contexto, o douto *parquet* requer, no mérito, entre outras providências listadas às fls. 482/483, a reforma da Decisão nº 6206/2013.

III. DAS CONTRARRAZÕES

20. Chamado a se manifestar quanto ao Pedido de Reexame interposto, conforme documento de fl. 494, o servidor apresentou, tempestivamente, por meio de representantes legais, as contrarrazões de fls. 497/522.

21. Em sua defesa, o interessado registra que o citado pedido de reexame, “muito embora se consubstancie em uma longa lista de confusos argumentos”, estaria sustentado em duas teses: “(i) que a reversão de Marcelo Toledo Watson não se sujeitaria à decadência administrativa prevista no art. 54 da Lei nº 9.784/99 e; (ii) que a previsão contida no § 5º do art. 188 da Lei nº 8.112/90, muito embora inserida no ordenamento jurídico brasileiro posteriormente ao decurso de mais de 05 (cinco) anos do ato de aposentação em debate, deveria retroagir para alcançar a concessão do benefício, sem que de tal subsunção decorresse violação à segurança jurídica, ao ato jurídico perfeito e à legalidade”.

22. Com a finalidade de rechaçar as teses que seriam do Ministério Público junto ao TCDF, o servidor alega:

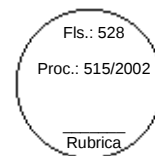
- preliminarmente, comprometimento do contraditório e da ampla defesa face às contradições das teses recursais;
- decadência administrativa; e
- inaplicabilidade ao presente caso do § 5º do art. 188 da Lei nº 8.112/90.

IV. DO MÉRITO

2. Quanto à questão preliminar levantada pelo servidor, no sentido de que haveria contradições nas teses recursais, o que comprometeria a ampla defesa ou o exercício do contraditório, entende-se que não ocorreu. Em nenhum momento o *Parquet* especializado afirmou que a reversão do servidor não se sujeitaria à decadência administrativa. Tanto o ato de reversão quanto o de aposentadoria certamente estão sujeitos à decadência administrativa. Entretanto, o requisito para que isso ocorra é que esse ato tenha sido publicado, julgado legal pela Corte de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Contas competente, e desse julgamento já tenha transcorrido um interregno superior ao previsto em lei para a decadência administrativa. No presente feito, até o presente momento não existe ato de reversão. Portanto não poderia ter o MPJTCDF defendido tese no sentido de que o ato de reversão do servidor não se submete à decadência pois esse ato nem mesmo foi publicado.

3. A principal linha de argumentação do recurso em análise se fundamenta no fato de que o desfecho dessa fase processual não resultará em anulação de qualquer ato até então publicado, o que é contrário ao fundamento do voto condutor da Decisão então recorrida, no sentido de que não seria possível qualquer alteração na situação de inativo do servidor face à decadência administrativa.

4. A análise acerca da aplicabilidade da decadência administrativa ao caso em análise deve ser precedida de uma apreciação do disposto no artigo 54 da Lei nº 9.784/99:

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

5. Como pode ser visto, o artigo 54 visa regulamentar o direito de a Administração Pública **anular** seus atos. Portanto, esse dispositivo só pode ser arquivado quando estamos diante de uma **anulação de ato**.

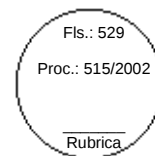
6. Consoante Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, o ato a ser anulado é aquele eivado de vício que o torne ilegal. Portanto, o mencionado dispositivo legal prevê que a Administração tem um prazo máximo de 5 anos para anular **ato pretérito**, que tenha sido praticado ao arrepio da lei sem comprovada má-fé.

7. No caso em apreço, entende-se que para verificar a aplicabilidade do artigo 54 da Lei nº 9.784/99 é essencial responder aos questionamentos: A decisão que vier a ser proferida por este e. Tribunal terá como consequência a anulação de algum ato administrativo? Qual ato a ser anulado estaria albergado pelo artigo 54 da Lei nº 9.784/99?

8. Buscando responder aos questionamentos, trazemos à apreciação os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



desdobramentos dos possíveis resultados do julgamento desta fase processual.

9. Caso o presente recurso seja julgado improcedente, a situação do servidor permanece como está e, portanto, não existe ato a ser publicado/anulado.

10. Na hipótese de o pedido de reexame ser julgado procedente, o servidor deverá ser submetido a uma nova reavaliação médica, a qual poderá culminar em uma das seguintes conclusões:

- I) mantidos os motivos da aposentadoria: neste caso a situação atual não se altera e não existe ato a ser publicado/anulado; ou
- II) declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria: neste caso seria publicado ato de reversão.

11. Como se pode ver, em nenhuma hipótese existe a possibilidade de anulação de ato. Na presente oportunidade, não se tem por escopo anular ou revogar ato administrativo.

12. O julgamento da fase atual não culminará em anulação ou revogação do ato de aposentadoria porque em nenhum momento foi questionada a condição física, ou de saúde, do servidor na data da concessão inicial. Naquela data, a sua incapacidade para o serviço público restou comprovada pelo laudo médico de fl. 1 – apenso.

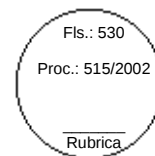
13. O objeto da presente discussão, impulsionada pela Representação nº 04/2011 – MF-CONJUNTA (fls. 18/22), oferecida em face do Ofício nº 142/2011 - NCOC/PGJ, de 05.09.2011, do Núcleo de Combate às Organizações Criminosas/MPDFT, é se atualmente o servidor ainda se encontra incapacitado para o serviço público.

14. Portanto, entende-se acertado o posicionamento do *Parquet* especializado no sentido de que não há que se falar em incidência do artigo 54 da Lei nº 9.784/99, já que no presente caso, a submissão do servidor a uma nova reavaliação médica, não resultará na anulação de qualquer ato, mas apenas estará atendendo à expressa previsão legal.

15. Quanto ao julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal mencionado pelo servidor em suas contrarrazões, proferido na Ação nº 2011.00.2.004647-8, que possui decisão consonante com o pleiteado por ele nesta oportunidade, é relevante frisar que além de ser posicionamento isolado, não possui trânsito em julgado, estando no aguardo de apreciação de recurso interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



16. Inclusive, o Superior Tribunal de Justiça, que apreciará o recurso nesse julgado mencionado pelo servidor, se posicionou acerca do assunto, recentemente, nos seguintes termos:

ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CESSAÇÃO DOS MOTIVOS. REVERSÃO. POSSIBILIDADE. TRANSFORMAÇÃO. CARGOS BACEN. REGIME CELETISTA EM ESTATUTÁRIO. ENQUADRAMENTO DO SERVIDOR NO RJU. CABIMENTO.

(...)

3. Na hipótese, por se tratar de aposentadoria por invalidez, no qual o afastamento do serviço se deu independentemente da vontade do servidor (por moléstia grave), e havendo expressa determinação legal de retorno às atividades normais (cessado o motivo da aposentadoria e após aprovação de junta médica), não há como concluir diversamente da natureza provisória desse afastamento.

(...)

(Resp 1253093/DF, Relator(a) Ministro HERMAN BENJAMIN, Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento: 20/10/2011, Data da Publicação/Fonte: DJe 24/10/2011)

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS PROPORCIONAIS. REVERSÃO OU CONVERSÃO EM PROVENTOS INTEGRAIS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA CERTEZA E LIQUIDEZ DO DIREITO. ORDEM DENEGADA.

1. O servidor aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para reavaliação das condições que ensejaram a aposentadoria, procedendo-se à reversão, com o seu retorno à atividade, quando a junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.112/90, ou à conversão da aposentadoria com proventos proporcionais em integrais, quando a junta médica considerar inválido o servidor, se acometido de qualquer das moléstias especificadas em lei.

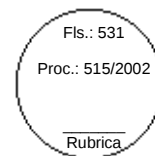
(...)

(MS 15141/DF, Relator(a) Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Órgão Julgador: CORTE ESPECIAL, Data do Julgamento: 04/05/2011, Data da Publicação/Fonte: DJe 24/05/2011)

17. Como pode ser visto, o STJ possui posicionamento no sentido de que o **servidor aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para reavaliação das condições que ensejaram a aposentadoria**, procedendo-se à reversão, com o seu retorno à atividade, quando a junta médica oficial declarar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



insubsistentes os motivos da aposentadoria, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.112/90.

18. De todo modo, para a solução do caso em apreço entende-se que não seria necessário buscar outros aparentemente semelhantes resolvidos pelo Poder Judiciário, uma vez que a situação do servidor já foi objeto de apreciação pelo próprio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ainda que em sede de decisão liminar, quando apreciou o Mandado de Segurança nº 2011.00.2.020499-5¹, impetrado com a finalidade de obstar a eficácia da Decisão TCDF nº 4869/2011, proferida neste feito, e de seus respectivos desdobramentos (realização de perícia médica no policial civil Marcelo Toledo Watson).

19. Na oportunidade, o Poder Judiciário, alinhado com o posicionamento do MPJTCDF, com o qual comunga este Órgão Técnico, concluiu que a este caso não se aplica o artigo 54 da Lei nº 9.784/99, posto que não se trata de anulação de ato, mas de publicação de reversão na hipótese de não mais existirem as sequelas incapacitantes que motivaram a aposentação. Por ser didático, transcreve-se a seguir trecho da decisão proferida naquele writ:

*O impetrante alega que qualquer ato tendente a revisar aqueloutro que concedeu aposentadoria ao policial civil Marcelo Toledo estaria abarcado pelo manto da decadência, já que transcorridos mais de 05 (cinco) anos desde o registro do citado ato de aposentadoria, nos moldes do art. 54 da Lei n. 9.784/99. Com efeito, nos termos do art. 54 da mencionada lei, aplicável ao DF por força da Lei Distrital n. 2.834/2001, o direito da Administração de anular seus próprios atos está subordinado ao prazo decadencial de cinco anos, contados da data em que foram praticados. **Contudo, o caso em comento se revela diverso, não sendo o caso de aplicação de tal preceptivo legal.***

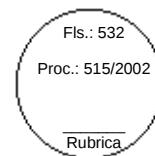
In casu, se do exame do ato que concedeu a aposentadoria do policial civil Marcelo Toledo restar patente a inexistência de sequelas incapacitantes, em decorrência da moléstia que o lançou à inatividade, a reversão é instituto natural, não sendo ela abarcada pelo manto da decadência.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello em seus Apontamentos sobre os Agentes e Órgãos Públicos (São Paulo, RT, 1972, pág. 55): Reversão é o reingresso do funcionário aposentado, a pedido seu ou por deliberação espontânea da Administração, por não mais subsistirem as razões que lhe determinaram a aposentadoria. É claro que a ex-officio só tem cabimento nos casos de aposentadoria por motivo de saúde ou por viciosa aposentadoria.

1 O processo foi extinto sem julgamento de mérito após o impetrante ter ingressado com petição, requerendo a desistência do mandamus, em razão da perda de interesse. Transito em julgado em 23.03.2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Quanto a esta hipótese legal, reversão em decorrência de aposentadoria por invalidez, não existem divergências doutrinárias e jurisprudenciais, sendo pacificada a possibilidade de dita reversão, desde que uma Junta Médica oficial ateste a possibilidade do efetivo retorno.

A redação do art. 25 da Lei 8.112/90, é clara nesse sentido: Art. 25 - Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando por junta médica oficial, foram declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Portanto, a partir do momento que cessarem os motivos da invalidez, com o julgamento favorável de uma junta médica, poderá o inativo reverter à situação anterior, observando a correlação com o mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação (art. 25 § 1º, Lei 8.112/90).

O art. 27 da citada Lei n. 8.112/90 que não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade. Desse modo, o termo ad quem para a ocorrência do instituto da reversão teria como marco 70 (setenta) anos de idade. Assim, entre o interstício ocorrido entre o ato de aposentação e os 70 (setenta) anos do servidor, este poderá, a qualquer tempo, ser reavaliado acerca das condições que ensejaram a aposentadoria por invalidez. **Logo, presentes os pressupostos ensejadores, a caracterizar a reversão, não há de se falar em decadência, nos moldes do art. 54 de Lei n. 9.784/99.**

(...)

Quanto ao caso, há de se observar, ainda, o teor do contido no documento acostado à fl. 174, cujos excertos são os seguintes:
[...]

Em que pese o laudo médico para aposentadoria nº 05/2000 ter concluído pela incapacidade do ex-servidor para o serviço público, verifica-se que, de acordo com os laudos do Instituto de Medicina Legal, em anexo, o ex-policia não compareceu à segunda perícia agendada, de forma que o item 06 do laudo de exame de corpo de delito nº 22763/97 e o item 02 do laudo complementar nº 049/98 não foram cumpridos.

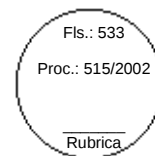
Ou seja, o ex-servidor teria deixado de cumprir determinação de se submeter a uma segunda perícia agendada, de forma que o laudo de exame de corpo de delito, bem assim laudo complementar, não teriam sido devidamente concluídos, deixando antever que o ato de aposentadoria pode não ter atendido aos ditames legais.

Portanto, ao menos nessa fase inaugural, não se mostra irregular o interesse do Núcleo de Combate às Organizações Criminosas do MPDFT em ver esclarecido o fato.

Ademais, ao se analisar o teor da decisão objurgada, não se vislumbra a ocorrência de qualquer ato abusivo ou ilegal, apto a ensejar o deferimento de liminar, nos moldes em que postulado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



A decisão em comento, nada mais fez do que tratar de formalizar pedido de esclarecimentos junto ao órgão empregador do ex-servidor, acerca da ocorrência dos apontados fatos trazidos pelo MPDFT, a fim de, se o caso, formalizar abertura de procedimento administrativo com o escopo de averiguar as informações lançadas no bojo da Representação n. 04/2011 - MF - Conjunta.

Não se pode olvidar, ainda, que, ao contrário do defendido pelo impetrante, de que o ex-servidor não teria sido informado/notificado/cientificado de qualquer ato tendente a rever sua aposentadoria por invalidez, há nos autos (fls. 179/180) dois documentos que dão conta de notificação do mencionado servidor. Uma para que este se submeta à avaliação médica oficial, com vistas a esclarecer se ainda subsistem as condições que ensejaram sua aposentadoria, outra que este esclareça, no prazo de 10 (dez) dias, as informações recomendadas pelo MPDFT.

Por óbvio que todas estas questões trazidas pelo impetrante ainda são medidas preliminares e que, por ocasião de abertura de qualquer procedimento em desfavor do ex-servidor, a este, com certeza, serão assegurados a ampla defesa e o contraditório. Assim, tenho que o pedido de liminar não se encontra revestido dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, uma vez que, como dito, o ato impugnado, ao menos em princípio, não demonstra qualquer irregularidade.

Não vislumbrados, dessa forma, os requisitos para a concessão da medida pleiteada, indefiro a liminar, sem prejuízo de uma melhor análise após a autoridade coatora prestar as devidas informações, ocasião em que o mérito estará em condições melhores de ser apreciado.

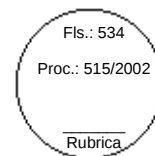
Solicitem-se as informações.

20. Ainda, entende-se relevante mencionar que a Decisão nº 6206/2013, objeto do Pedido de Reexame em apreço, foi em sentido contrário às demais deliberações desta e. Corte acerca do assunto. Em oportunidades anteriores, este Tribunal entendeu possível a reversão ao serviço ativo de servidor aposentado por invalidez após cessados os motivos determinantes da aposentadoria, independentemente de essa reversão ter ocorrido após passados 5 anos do ato de aposentação ou da Decisão que julgou legal a concessão inicial, inclusive para reversões na própria Polícia Civil do DF. Apenas como exemplo, vejamos os seguintes casos:

- I) Processo nº 1421/85 (órgão de origem PCDF)
 - Aposentadoria publicada no DODF de 14.02.85, considerada legal na S.O. nº 2483, de 26.04.88;
 - Reversão publicada no DODF de 28.11.2006, julgada legal por meio da Decisão nº 5668/2009;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- II) Processo nº 619/95 (órgão de origem SES)
- Aposentadoria por invalidez publicada no DODF de 30.09.93 e julgada legal por meio da Decisão nº 7558/99;
- Reversão publicada no DODF de 13.09.2002 e julgada legal por meio da Decisão nº 2400/2013
- III) Processo nº 20759/2007 (órgão de origem SEDEST)
- Aposentadoria publicada em 01.10.85;
- Reversão a contar de 24.02.94, de acordo com ato publicado no DODF de 14.04.2009, julgada legal por meio da Decisão nº 5995/2009
- IV) Processo nº 77/95 (órgão de origem SES)
- Aposentadoria publicada no DODF de 13.07.94;
- Reversão publicada no DODF de 03.03.2000;
- Julgadas legais por meio da Decisão nº 5471/2009;

2. Guardadas as devidas proporções, por se tratarem de concessões militares, entende-se relevante mencionar que nos Processos nºs 42265/2005 e 3078/99 foi o próprio TCDF que determinou a alteração da situação de interessados inativados em decorrência de invalidez face à posterior insubsistência dos motivos da inativação.

3. O artigo 25 da Lei nº 8.112/90 prevê o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando por junta médica oficial for declarado insubsistentes os motivos da aposentadoria, forma de provimento de cargo público que se denominou de reversão.

4. Nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello, “reversão é o reingresso do aposentado no serviço ativo, *ex officio* ou “a pedido”, por não subsistirem, ou não mais subsistirem, as razões que lhe determinaram a aposentação; ou seja, por ter sido erroneamente decidida ou porque, em inspeção médica, apurou-se a ulterior superação das razões de saúde que a estribavam”.²

5. Para a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro: “A reversão é o ato pelo qual o funcionário aposentado reingressa no serviço público; pode ser a pedido ou *ex officio*, esta última hipótese ocorrendo quando cessada a incapacidade que gerou a aposentadoria por invalidez”³.

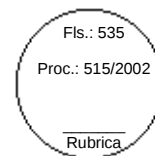
6. Como podemos observar da leitura dos ensinamentos desses

² DE MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo* – 30ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013, p.316.

³ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo* – 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p.570.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



doutrinadores, não existe espaço para discricionariedade ou liberalidade na decisão da Administração quanto cessados os motivos que culminaram em aposentadoria por invalidez. Nesse caso, o retorno à atividade deve se dar **de ofício**.

7. No mesmo sentido escrevem Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo⁴:

Há duas modalidades de reversão: a) reversão de ofício: quando junta médica constata que deixaram de existir os motivos que levaram o servidor a aposentar-se por invalidez permanente; b) reversão a pedido: aplicável ao servidor estável que obteve aposentadoria voluntária, desde que sejam atendidos os requisitos previstos na Lei.

8. Entendendo aplicável ao presente feito a decadência administrativa, o instituto da reversão passa a ser letra morta para concessões de aposentadoria após decorridos 5 anos da concessão inicial, ou da decisão que julgou legal a aposentação, no caso deste último ser considerado como parâmetro para o termo inicial.

9. Com efeito, no caso de aposentadoria por invalidez, com a devida vênia, não há que se falar em impossibilidade de reversão pela incidência da decadência prevista no art. 54, § 1º, da Lei nº 9.784/99, uma vez que a Lei não impõe limite temporal para o retorno à atividade do servidor, com idade inferior à 70 anos, aposentado por invalidez, sendo o único requisito a comprovação da sua reabilitação por junta médica oficial, o que, inclusive, é utilizado como parâmetro por esta e. Corte para apreciar a legalidade desses atos.

10. Tendo em conta a previsão legal do artigo 25 da Lei nº 8.112/90, o retorno ao serviço ativo de servidor aposentado por invalidez, desde que insubsistentes os motivos da inativação, não ofende a segurança jurídica. Pelo contrário, esse retorno à atividade é determinação legal, conforme exhaustivamente comentado anteriormente.

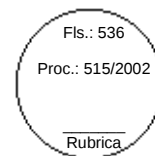
11. Diferentemente da aposentadoria voluntária, a aposentadoria por invalidez, em princípio, não é definitiva. Isso porque está sujeita a exames periódicos que têm por finalidade atestar a manutenção ou não das causas da aposentação. Nesse sentido, é relevante colacionar o brilhante ensinamento de Ivan Barbosa Rigolin⁵:

4 ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. *Direito Administrativo Descomplicado* - 21ª ed. rev. e atual. - São Paulo: Método, 2013, p. 379.

5 RIGOLIN, Ivan Barbosa. *Comentários ao Regime Único dos Servidores Públicos Cíveis* - 7ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 126/127.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Existem várias formas de o servidor passar à inatividade por invalidez. Uma delas é aquela aposentadoria para o servidor incapaz de manter-se no serviço público, até mesmo por readaptação. Outra é adquirir moléstia, seja profissional, seja não profissional, ou doença grave, incurável ou não, e contagiosa ou não, na forma do art. 186, I e § 1º, da L. 8.112, observada a ligeira modificação que a Constituição, com seu atual art. 40, impõe a esse artigo da L. 8.112, e que será a seu turno comentada.

Seja qual for o motivo ensejador da aposentadoria por invalidez, em princípio essa aposentadoria não é definitiva, ainda que se saiba existirem doenças, ou efeitos de acidentes, irreversíveis e definitivos. O que se quer afirmar é que, do plano formal da lei, as aposentadorias por invalidez estão sujeitas a exames posteriores, periódicos, por juntas médicas oficiais, os quais irão atestando a permanência das causas da aposentação, ou, inversamente, que elas não mais subsistem. Se não subsistem, não mais existirá razão para se manter a aposentadoria do servidor, e nesse caso ocorrerá sua reversão à atividade.

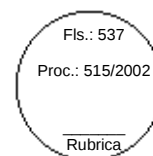
*A Administração precisa periodicamente promover exames médicos para todos os seus aposentados por invalidez, a não ser nos casos em que os atestados indiquem a absoluta definitividade das causas da aposentadoria, quando não terá mais qualquer sentido manterem-se as verificações periódicas. **Sempre que algum atestado indicar a cessação das causas da aposentadoria por invalidez, precisa a Administração promover a reversão do servidor respectivo ao serviço ativo, sob pena de responsabilização de quem, incumbido dessa atribuição, não o desempenhe.***
(realçamos e grifamos)

12. Cabe frisar a afirmação desse doutrinador no sentido de que, cessando as causas da aposentadoria por invalidez, a Administração **deve** promover a reversão sob pena de responsabilização, o que reforça a afirmação feita anteriormente de que, nessa situação, não existe espaço para discricionariedade ou liberalidade.

13. A "segurança jurídica" está sendo garantida neste caso pois o servidor só retornará à atividade se declarado apto após avaliado por junta médica competente. Se a junta médica entender que permanecem os motivos da inativação, não há que se falar em retorno à atividade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



14. Também não merece guarida a alegação do servidor de que o § 5º do art. 188 da Lei nº 8.112/90 não se aplicaria ao presente caso por ser a concessão anterior ao mesmo. A jurisprudência firmada no âmbito do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que **não há direito adquirido a regime jurídico**.

15. Ademais, o artigo 160 do Decreto nº 59.310/66, editado em atenção ao artigo 72 da Lei nº 4.878/65, aplicável aos servidores ocupantes de cargos das Carreiras de Delegado de Polícia e Polícia Civil do Distrito Federal, conforme Decisão TCDF nº 6868/2006, já previa a reversão quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

16. Portanto, o servidor está submetido ao § 5º do artigo 188 da Lei nº 8.112/90, que dispõe:

§ 5º A critério da Administração, o servidor em licença para tratamento de saúde ou aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento, para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria.

17. Prova de que não existe qualquer afronta ao princípio do *tempus regit actum* quando se aplica ao caso o § 5º do artigo 188 da Lei nº 8.112/90 está no próprio texto legal, ao prever que o servidor **aposentado por invalidez** poderá ser convocado a qualquer momento, para avaliação das condições que ensejaram a aposentadoria. Com a devida vênia, se o legislador tivesse alguma intenção em excluir do alcance do § 5º do artigo 188 da Lei nº 8.112/90 os servidores que já se encontravam aposentados quando da sua inclusão, teria substituído a palavra “aposentado” pela expressão “que vier a se aposentar”.

18. Dessa forma, entende-se que deve ser dado provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto ao TCDF, para, revendo a Decisão nº 6206/2013, reiterar os termos do item IV da Decisão nº 2890/2012.

V. DAS SUGESTÕES

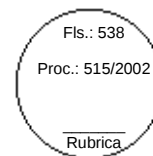
2. Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:

I. conhecer das contrarrazões de fls. 497/522, apresentadas pelo servidor Marcelo Toledo Watson, por meio de seus representantes legais, em atenção ao item III da Decisão nº 407/2014;

II. dar provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto ao TCDF, para, revendo a Decisão nº 6206/2013, reiterar os termos do item IV da Decisão nº 2890/2012;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



III. dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida ao recorrente, ao servidor, por meio de seu representante legal, e à jurisdicionada; e

IV. autorizar a devolução dos autos apensos à origem para dar cumprimento ao item IV da Decisão nº 2890/2012.

À consideração superior.

Brasília, 25 de março de 2014.

Paulo de Souza Mangueira Júnior
Auditor de Controle Externo
Matr. nº 630-1